



OFÍCIO Nº 1624/2022-CDESCTMAT

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Ao Excelentíssimo Senhor
Secretário **NEY FERRAZ JÚNIOR**
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Brasília - DF

Prezado,

No uso das atribuições conferidas pelos artigos 78 e 143 do Regimento Interno desta Casa de leis, encaminhamos a Vossa Excelência a **Indicação nº 8593/2022**, aprovada na 6ª Reunião Extraordinária Remota de 2022 desta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo - CDESCTMAT, realizada no dia 08 de dezembro.

Solicitamos a Vossa Excelência o encaminhamento da referida indicação ao setor responsável para que sejam providenciadas as medidas cabíveis, bem como o obséquio de informar sobre as ações tomadas diretamente ao autor da indicação.

Respeitosamente,

HELOISA R. I. BESSA
Secretária CDESCTMAT



Documento assinado eletronicamente por **HELOISA RODRIGUES ITACARAMBY BESSA - Matr. 23001**, Secretário(a) de Comissão, em 19/12/2022, às 08:15, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **0988032** Código CRC: **11225797**.



INDICAÇÃO Nº , DE 2022

(Autoria: Deputado ROOSEVELT VILELA)

Sugere e apresenta ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Economia do Distrito Federal, alteração do Anexo I ao Decreto 17.079, de 28 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas do Distrito Federal e dá outras providências.

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art. 143 do regimento Interno, sugere e apresenta ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Economia do Distrito Federal, alteração do Anexo I ao Decreto 17.079, de 28 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas do Distrito Federal e dá outras providências, com a seguinte redação:

Anexo I

Espaço ocupado em Áreas Públicas com finalidades comerciais ou prestação de serviços por:

	Unidade	Valores em Real Preço Público		
		Dia	Mês	Ano
Comércio Estabelecido:				
a).....
a.1. Com cobertura (marquise, toldos, telhados e similares), para guarda ou acomodação de maquinários, equipamentos, produtos e matéria-prima e /ou para uso de estacionamento sem cobrança de ingresso ou qualquer preço.	M²
b).....

Sugere-se ainda que, os valores em real de preço público do subitem “a.1” (quadro acima ora proposto), **não sejam superiores ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor fixado no item “a”**, referente à utilização de área pública com cobertura (marquise, toldos, telhados e similares).

Sugere-se por fim, que o disposto acima seja aplicado aos processos em curso, inscritos ou não em dívida ativa, desde que tenha como objeto a utilização de espaço público com cobertura (marquise, toldos, telhados e similares), para guarda ou acomodação de maquinários, equipamentos, produtos e matéria-prima e/ou para uso de estacionamento sem cobrança de ingresso ou qualquer preço.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem o condão de sugerir, e ao mesmo tempo propor, ao Poder Executivo do Distrito Federal, alteração do Anexo I ao Decreto 17.079, de 28 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas do Distrito Federal.

Sugere-se em específico, a inserção do subitem “a.1”, no tópico “Comércio Estabelecido”, de modo a estabelecer novo preço público, para espaço “ *com cobertura (marquise, toldos, telhados e similares), para guarda ou acomodação de maquinários, equipamentos, produtos e matéria-prima e/ou para uso de estacionamento sem cobrança de ingresso ou qualquer preço*”.

Há de se destacar que, o texto atual vigente do Anexo I ao Decreto 17.079, de 28 de dezembro de 1995, não atende ao que se propõe neste iniciativa, razão pela qual se faz necessária tal alteração normativa.

Ademais, a norma vigente hoje, ao tratar situações semelhantes com preços públicos totalmente diferentes, com valores totalmente díspares, viola frontalmente o princípio da isonomia estatuído na Constituição Federal de 1988.

Outrossim, ao cobrar de forma diferente casos semelhantes, o órgão responsável pela aplicação do preço público causa insegurança jurídica aos usuários, que muitas vezes não tem garantia de que estão pagando o valor realmente devido.

Outrossim, chegaram a este Gabinete Parlamentar, diversas reclamações de que a forma e o valor do preço público atualmente cobrado para **guarda ou acomodação de maquinários, equipamentos, produtos e matéria-prima e/ou para uso de estacionamento sem cobrança de ingresso ou qualquer preço**, tem onerado demais as empresas.

Em virtude das cobranças de preços exorbitantes, muitas empresas que já estavam sofrendo com a crise econômica decorrente da pandemia, se viram impedidas de arcar com os valores cobrados, resultado na inclusão em dívida ativa, de grande parte dos estabelecimentos devedores.

Tal situação tem resultado na impossibilidade das empresas emitirem os documentos de regularidade, o que está colocando em risco a sobrevivências dos estabelecimentos comerciais, e, conseqüentemente, pondo em risco empregos de pais de famílias.

Importante consignar que os atuais valores cobrados para **guarda ou acomodação de maquinários, equipamentos, produtos e matéria-prima e/ou para uso de estacionamento sem cobrança de ingresso ou qualquer preço**, chegam a patamar de **cerca de 80% (oitenta por cento), do valor de um aluguel normal**. Nesse sentido, está-se cobrando quase um aluguel, para uma situação precária, em que o contribuinte não dispõe das garantias da lei do inquilinato.

Esta proposição não altera os procedimentos previstos no Decreto 17.079, de 28 de dezembro de 1995, devendo a utilização ser previamente formalizada através de assinatura de termo de ocupação entre a Administração e o usuário, sujeitando-se o segundo a uma contraprestação de preço.

No mesmo teor do decreto em epígrafe, a Administração Regional estabelecerá, por meio de ordem de serviço, o preço correspondente à utilização de área pública, considerando os coeficientes previstos no Anexo I, II, III e IV, do Decreto, bem como:

- a) área utilizada;
- b) localização;
- c) valor de mercado dos imóveis existentes nas imediações;
- d) finalidade da utilização ou do uso, sendo onerada com maior valor aquela atividade com finalidade lucrativa.

Cumprir destacar que, diante das dificuldades geradas pela falta de norma específica, bem como pela aplicação inadequada de valor de preço público de outra modalidade de ocupação, necessário se faz que a presente alteração seja aplicada aos processos em curso, inscritos ou não em dívida ativa.

Para aplicação do dispositivo às situações em curso, indispensável se faz que os processos tenham como objeto a utilização de espaço público com cobertura (marquise, toldos, telhados e similares), para guarda ou acomodação de maquinários, equipamentos, produtos e matéria-prima e/ou para uso de estacionamento sem cobrança de ingresso ou qualquer preço.

Destarte, não se busca aplicar de forma retroativa a norma, mas evitar que os empreendedores sejam penalizados em virtude de lacuna legislativa, bem como de aplicação indevida e não isonômica de norma, que não atende às peculiaridades de cada caso e situação específica.

Diante do exposto, considerando que a presente proposição atinge diversas pessoas jurídicas que utilizam espaços públicos e que hoje estão sendo prejudicados pela ausência de normativo específico ao caso concreto, demonstrado está o interesse público da matéria.

Nesse sentido, conclamo aos nobres pares para aprovação da presente indicação.

Sala das Sessões,

ROOSEVELT VILELA

Deputado Distrital

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 3º Andar, Gab 14 - CEP: 70094902 - Brasília - DF - Tel.: (61)3348-8142
www.cl.df.gov.br - dep.rooseveltvillela@cl.df.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **ROOSEVELT VILELA PIRES - Matr. Nº 00141, Deputado(a) Distrital**, em 24/05/2022, às 14:17:09, conforme Ato do Vice-Presidente e da Terceira Secretária nº 02, de 2020, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 284, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://ple.cl.df.gov.br/#/autenticidade>

Código Verificador: **43137**, Código CRC: **f7a477aa**

SUMÁRIO

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO.....	2161
ATOS DO PODER LEGISLATIVO.....	2165
SECRETARIA DE GOVERNO.....	2165
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO.....	2169
SECRETARIA DE SAÚDE.....	2171
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA.....	2171
SECRETARIA DE OBRAS.....	2172
SECRETARIA DE TRANSPORTES.....	2176
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	2176
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL.....	2176
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL.....	2177

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO.....	2190
CASA MILITAR.....	2192
SECRETARIA DE GOVERNO.....	2192
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.....	2194
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO.....	2196
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....	2196
SECRETARIA DE SAÚDE.....	2197
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA.....	2208
SECRETARIA DE OBRAS.....	2209
SECRETARIA DE TRANSPORTES.....	2209
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL.....	2209
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE.....	2209
SECRETARIA DE TURISMO.....	2209
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	2210

SEÇÃO III

ATOS DO PODER EXECUTIVO.....	2211
SECRETARIA DE GOVERNO.....	2211
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.....	2215
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO.....	2217
SECRETARIA DE SAÚDE.....	2217
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA.....	2217
SECRETARIA DE OBRAS.....	2217
SECRETARIA DE TRANSPORTES.....	2220
SECRETARIA DE AGRICULTURA.....	2220
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	2220
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE.....	2221
SECRETARIA DE TURISMO.....	2222
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	2222
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL.....	2222
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL.....	2222
INEDITORIAIS.....	2222
ÍNDICE.....	2223

FAÇA UMA VIAGEM NO TEMPO

Conheça os primórdios da imprensa no Brasil e a engenhosidade das invenções que marcaram o início dessa atividade, que hoje faz parte do cotidiano de todos os brasileiros.

VISITE O MUSEU DA IMPRENSA.

Horário de visitas: de segunda a sexta-feira das 8 às 18 horas. Domingos e feriados das 14 às 17 horas.

ENTRADA FRANCA

Informações: Telefone (061) 313-9618

SEDIV IMPRENSA NACIONAL, SIG, Quadra 06, Lote 800, Brasília - DF

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 17.079, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1996 (*)
Regulamento do Preço Público pela utilização de Áreas Públicas

ANEXO I

ESPAÇOS OCUPADOS EM ÁREAS PÚBLICAS COM FINALIDADES COMERCIAIS OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR	UNIDADE	PREÇO PÚBLICO					
		PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO
		DIÁ	MES	DIÁ	MES	DIÁ	MES
Comércio estabelecido							
a) com cobertura (marquise, toldos, telhados, e similares)	m2	0,000666	0,02	0,24	0,003	0,09	1,08
b) sem cobertura (em aberto)	m2	0,000333	0,01	0,12	0,000666	0,02	0,24
Canteiro de obras, Parque de Diversões, circos, exposições e similares	m2	0,000083	0,0025	0,03	0,000166	0,005	0,06
Feiras Permanentes	m2	0,00133	0,04	0,48	0,002666	0,08	0,96
Feiras Livres e Similares	m2	0,000666	0,02	0,24	0,002	0,06	0,72
Banca em mercado	m2	0,00133	0,04	0,48	0,002666	0,08	0,96
Outdoors e anúncios e similares	m2	0,000333	0,01	0,12	0,001	0,03	0,36
Comércio ou Serviço em veículos motorizados ou não:							
a) carroças, carrocinhas, baldões, tabuleiros, bancas, barracas, carrinhos e similares.	Unid.	0,000666	0,02	0,24	0,002	0,06	0,72
b) reboques, trailers, quiosques, caminhões e similares.	m2	0,000333	0,01	0,12	0,003	0,09	1,08
Avanço de postos de serviços (PAG/PLL)	m2	0,000083	0,0025	0,03	0,000166	0,005	0,03
Abrigo de Taxi	m2	0,00025	0,0075	0,09	0,0005	0,015	0,18
Áreas efetivamente utilizadas com as instalações e equipamentos que concorram para o desenvolvimento do evento	m2	0,000666	0,02	0,24	0,003	0,09	1,08
Outras finalidades	m2	0,00025	0,0075	0,09	0,00133	0,04	0,48

ANEXO II

LOCAL DE OCUPAÇÃO	COEFICIENTES COBRADOS SOBRE A UPGF			
	TERMINAL RODoviÁRIO		TERMINAL DOCTEROPOLITÁRIO	
ÁREA OCUPADA	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO
a) para os 1ºs 100 m2 ocupados	0,015	0,066	0,015	0,072
b) para os 100 m2 contíguos, excedentes à área estabelecida no item anterior	0,012	0,052	0,007	0,031
c) para os 100 m2 contíguos, excedentes à área estabelecida no item anterior	0,011	0,051	0,006	0,030
d) para os 100 m2 contíguos, excedentes à área estabelecida no item anterior	0,010	0,050	0,006	0,030

e) para os 100 m2 contíguos, excedentes à área estabelecida no item anterior

0,009 0,049 0,005 0,029

ANEXO III

ESPAÇOS OCUPADOS EM PARQUES VIVENCIASIS OU RECREATIVOS	COEFICIENTE SOBRE UPDF/M2/MES	
	PREÇO MINIMO	PREÇO MAXIMO
Até 100 m2	0,01	0,02
101 a 500 m2	0,007	0,014
501 a 1500 m2	0,0035	0,007
1501 a 3000 m2	0,002	0,004
3001 a 5000 m2	0,00125	0,0025
5001 a 8000 m2	0,00085	0,0017
8001 a 13000 m2	0,0007	0,0014
acima de 13001 m2	0,0004	0,0008

ANEXO IV

OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DESTINADOS A ATIVIDADES ESPORTIVAS DENTRO DOS PARQUES VIVENCIASIS OU RECREATIVOS	COEFICIENTE DA UPDF/HORA DE OCUPAÇÃO	
	PREÇO MINIMO	PREÇO MAXIMO
1) eventos com cobrança de ingresso	0,08	1,00
2) eventos sem cobrança de ingresso	0,05	0,32
3) eventos filantrópicos	0,05	0,30
4) por evento (realizados por confederações, federações e entidades afins)	0,06	0,50

Republishado por haver saído com incorreção do original no DODF nº 250, de 29/12/1995, pag. 144

(*) Republishado em parte por ter saído com incorreção, do original no DODF nº 250, de 29-12-95, pag. 144

DECRETO Nº 17.211, de 15 DE MARÇO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7º, inciso I, alínea "c" e "d", da Lei nº 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do Processo nº 030.002.166/96, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Administração crédito suplementar, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de março de 1996
108ª da República e 36ª de Brasília
CRISTOVAM BUARQUE



GDF
BRASÍLIA DE TODOS NÓS

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111,
Térreo. CEP 70075-900, Brasília - DF.
Telefones: (061) 225-7803
316-4137
213-6312
Impressão: IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

CRISTOVAM BUARQUE
Governador

ARLETE SAMPAIO
Vice-Governadora

LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA
Secretário de Comunicação Social

CLEMENTE LUZ
Editor-responsável

ANEXO I	EXERCÍCIO DE 1996	R\$ 1,00
CREDITO SUPLEMENTAR	SUPLEMENTAÇÃO	FISCAL
		RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR	
			DETALHADO	TOTAL
13.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				6.000
(13.000/00001) 13.100 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				6.000
030070021.0002 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				6.000
030070021.0002.0002 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	34.90.92	000	6.000	6.000
0071/001 -000025			TOTAL	6.000

ANEXO II	EXERCÍCIO DE 1996	R\$ 1,00
CREDITO SUPLEMENTAR	CANCELAMENTO	FISCAL
		RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR	
			DETALHADO	TOTAL
13.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				6.000
(13.000/00001) 13.100 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				6.000
030070021.0002 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				6.000
030070021.0002.0002 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.90.92	000	6.000	6.000
0071/002 -000042			TOTAL	6.000

DECRETO Nº 17.212, DE 15 DE MARÇO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7º, inciso I, alínea "b", da Lei nº 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do Processo nº 171.000.032/96, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Departamento de Emprego do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de março de 1996
108ª da República e 36ª de Brasília
CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I	EXERCÍCIO DE 1996	R\$ 1,00
CREDITO SUPLEMENTAR	SUPLEMENTAÇÃO	FISCAL
		RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR	
			DETALHADO	TOTAL
25.000 SECRETARIA DE TRABALHO				170.000
(300103/00001) 25.103 DEPARTAMENTO DE EMPREGO DO DISTRITO FEDERAL				170.000
140780470.2514 ASSISTENCIA AO TRABALHADOR (CENTRAL TRABALHADOR AUTONOMO, CENTRAL DE SOLIDARIEDADE)				170.000
140780470.2514.0004 PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA GRANDE BRASILIA	34.90.39	004	170.000	170.000
00184/001 -000035			TOTAL	170.000

ANEXO II	EXERCÍCIO DE 1996	R\$ 1,00
CREDITO SUPLEMENTAR	CANCELAMENTO	FISCAL
		RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR	
			DETALHADO	TOTAL
25.000 SECRETARIA DE TRABALHO				170.000
(300103/00001) 25.103 DEPARTAMENTO DE EMPREGO DO DISTRITO FEDERAL				170.000